



BOLETIM 1452

Brasília (DF), 21 de maio de 2026



TRABALHADORES DO SETOR MOVELEIRO REALIZAM O 28º ENCONTRO NACIONAL EM ARAPONGAS (PR)

Nos dias 15 e 16 de julho de 2026, a cidade de Arapongas (PR) será palco do **28º Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras no Setor Moveleiro – O Futuro é Móvel**, reunindo lideranças sindicais, especialistas, representantes internacionais e trabalhadores de todo Brasil.

O encontro se consolida como um dos mais importantes espaços de debate, formação e articulação política da categoria, em um momento marcado por profundas mudanças no mundo do trabalho, avanço da terceirização, pejotização e desafios no setor da madeira e do mobiliário.

Promovido por entidades da construção e do mobiliário, com destaque o apoio da FETRACONSPAR e da FETICOM/SP, o evento contará com uma programação de debates sobre conjuntura nacional e internacional, mercado de trabalho, saúde e segurança, direitos trabalhistas e organização sindical.

Entre os destaques da programação estão: Análise da conjuntura econômica nacional e internacional, com especialistas da área acadêmica; Debate sobre o mercado da madeira e do mobiliário, com participação de representantes empresariais; Apresentação de dados e estudos do DIEESE sobre emprego e renda no setor; Discussões sobre pejotização, terceirização e precarização das relações de trabalho; Painéis sobre saúde do trabalhador, incluindo exposição a produtos químicos e normas regulamentadoras; Debate sobre assédio moral, sexual e existencial no ambiente de trabalho; Participação internacional com representantes sindicais da Argentina, fortalecendo a integração latinoamericana; Apresentação sobre certificação florestal e sustentabilidade com o FSC (Forest Stewardship Council).

O encontro também contará com a presença de importantes lideranças sindicais do país, reforçando a unidade e a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Mais do que um espaço de debates, o evento busca construir propostas concretas de enfrentamento aos desafios do setor, fortalecendo a organização sindical e ampliando a capacidade de mobilização da categoria em nível nacional.

Segundo o presidente da FETRACONSPAR e da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira, “estaremos, no Paraná, recebendo os companheiros de todo Brasil para avançar no debate e na formulação de propostas para a valorização dos trabalhadores em setor fundamental para o desenvolvimento do país”.

As inscrições para o evento poderão ser feitas através do link abaixo:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc9_djrno8V14sKqjaSm_UkvQBLnpyFNeOxnWkJF-YcELJqQ/viewform?pli=1



Todos em Brasília dia 27/05 na mobilização pela aprovação do fim da escala 6x1, com redução da jornada, sem redução de salário

Votação começará pelo no Plenário da Câmara dos Deputados

Representantes de centrais sindicais e de todo movimento sindical que participaram de audiência pública sobre a proposta de redução da jornada de trabalho (PEC 221/19) pediram que os trabalhadores compareçam à Câmara dos Deputados no dia 27 de maio, data esperada para a votação no Plenário. A audiência foi realizada dentro do programa “Câmara pelo Brasil” em São Paulo.

O presidente da comissão especial que analisa o assunto, deputado Alencar Santana (PT-SP), disse que é preciso atenção a mudanças no texto durante a votação. A ideia é votar a redução da jornada, de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem perdas salariais. Segundo o deputado, existem resistências às alterações constitucionais.

O relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), disse que o objetivo é estabelecer os dois dias de descanso, mantendo que um deles seja preferencialmente aos domingos. Ele também explicou que, caso haja um prazo para que as empresas se adequem às mudanças, elas poderão ser penalizadas nesta transição se promoverem alguma redução de salários.

Leo Prates lembrou que, apesar de estar na pauta dos sindicatos há muito tempo, a redução da jornada avançou porque a juventude brasileira se mobilizou nas redes sociais contra a escala 6x1.

A manifestação, em Brasília, visa garantir a aprovação da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial, e o fim da escala 6x1.

A estratégia tem diversas ações articuladas pelas lideranças sindicais, como envio massivo de mensagens a deputados, diálogos diretos nos gabinetes, pressão presencial em Brasília e forte campanha nas redes sociais. Uma cartilha elaborada pelo Dieese também está sendo amplamente divulgada.

Pejotização - O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que, após o fim da escala 6x1, é importante que os trabalhadores se atentem para o fim da pejotização, que está em debate no Supremo Tribunal Federal. A pejotização acontece quando, em vez de ser contratado como pessoa física, o trabalhador precisa abrir uma empresa (com CNPJ, por isso o nome pejotização). Esse tipo de contrato permite a redução de custos trabalhistas para quem contrata.

Marinho também reivindicou o fortalecimento das negociações coletivas para situações específicas em relação à redução da jornada. O ministro ainda afirmou que não haverá ajuda tributária ou isenção fiscal para compensar eventuais custos das empresas.

O professor de direito da Fundação Getúlio Vargas Oscar Vilhena disse que não adianta acabar com a escala 6x1 e manter a pejotização.

“A pejotização é a possibilidade de anular todo o artigo 7º da Constituição. Não adianta pôr um avanço no artigo se o acordo individual puder suspender a aplicação dos direitos do trabalhador e se a Justiça do Trabalho for afastada da possibilidade de verificar se nós temos ali um contrato fraudado ou não”, alertou.

(com informações da Agência Câmara)

Governo Lula e centrais rejeitam transição e pedem fim imediato da escala 6x1

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as centrais sindicais já avisaram que são contra um período de transição para redução da jornada das atuais 44 para 40 horas semanais e o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e apenas um de descanso).

O debate ganhou força na comissão especial da Câmara dos Deputados que avalia a proposta de emenda à Constituição (PEC) da redução da jornada para as 40 horas e o fim da escala 6x1.

Isso porque, o deputado Sérgio Turra (PP-RS), que se autointitula de direita e bolsonarista, apresentou emenda para manter as atuais 44 horas de jornada por um prazo de dez anos para só depois entrar em vigor as 40 horas.

O parlamentar quer a jornada mantida para as atividades essenciais como saúde, segurança, mobilidade e abastecimento. Além disso, ele defende uma compensação para os empresários com redução de contribuição social.

“Sou radicalmente contra isso”, afirma o ministro da Fazenda, Dario Durigan, sobre compensação para empresário. “A titularidade do trabalho não é do empregador. Não é como foi no debate da escravidão”, disse o ministro na comissão especial.

O governo defende que tanto as 40 horas quanto o modelo 5x2 (cinco dias de trabalho e dois de descanso) são medidas que podem ser adotadas de imediato na economia do país.

Autora de projeto que reduz jornada e adota o modelo 5x2, a deputada Daiana Santos



(PCdoB-RS) disse que a posição contra um período de transição não é para prejudicar o setor patronal, mas apenas assegurar que as pessoas tenham tempo para viver.

O presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, diz que os grandes empresários e a extrema direita bolsonarista querem evitar a qualquer preço o avanço da proposta.

“O movimento sindical, o governo Lula e os aliados da classe trabalhadora na sociedade e no parlamento, pressionam em sentido contrário, pois estão conscientes de que este é o momento certo para alcançar a vitória nesta batalha estratégica para nossa classe trabalhadora e a sociedade brasileira”, diz Adilson.

Fonte: Portal Vermelho



Trabalhadores por conta própria têm jornada média de 45 horas semanais

Os trabalhadores por conta própria possuem em média uma jornada de 45 horas semanais, o que supera em mais de cinco horas os empregados dos setores privado e público.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na quinta-feira (14) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral.

Segundo o levantamento, no primeiro trimestre de 2026, a população ocupada é estimada em 102 milhões de pessoas.

Desse total, 69,2% de empregados (incluindo empregados domésticos), 4,1% de empregadores, 25,5% de pessoas que trabalharam por conta própria e 1,2% de trabalhadores familiares auxiliares.

Nas regiões Norte (27,9%) e Nordeste (27,2%), o percentual de trabalhadores por conta própria era superior ao verificado nas demais regiões.

O IBGE classifica o trabalhador por conta própria como a pessoa que gere seu próprio negócio, de forma individual ou com sócios, mas sem contratar funcionários.

Por exemplo, são autônomos que exercem trabalhos como motoristas e entregadores de aplicativos.

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), avalia que o discurso do “seja seu próprio patrão”, virou armadilha.

“A pejetização e a uberização estão escondendo jornadas de 45h semanais sem direitos ou seguridade. É exploração pura! Não dá mais! É

urgente discutir e votar o projeto que regulariza esses trabalhos”, defende o líder.

O analista da pesquisa, William Kratochwill, diz que os trabalhadores classificados como empregados não ultrapassam, na média, os limites máximos de jornada por causa de proteções trabalhistas.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a jornada máxima de trabalho semanal é de 44 horas, limitadas a oito horas por dia, sendo permitidas até duas horas extras diárias.

Há exceções como a escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, comum em categorias como a dos profissionais da saúde.

Fonte: Portal Vermelho

Redução da jornada expõe fissura inédita na direita

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 entrou definitivamente no núcleo da disputa política nacional. E, segundo o deputado Leo Prates (Republicanos-BA), relator da PEC 221/19 na Câmara, o tema já produz inflexão inédita dentro do próprio campo conservador. Prates afirmou que a proposta encontrou forte adesão justamente entre jovens que hoje se identificam majoritariamente com a direita.

Segundo ele, pesquisas indicam que 82% da população entre 16 e 40 anos apoia o fim da escala 6x1. Justamente a faixa etária em que a direita consolidou maior influência política nos últimos anos. “Essa é a primeira crise da direita com sua própria base”, afirmou.

O evento promovido pelo DIAP reuniu parlamentares, analistas políticos e especialistas em comunicação para discutir os principais temas legislativos e eleitorais que devem marcar o País até o fim de 2026.



Número de pessoas em busca de emprego há dois anos ou mais cai 21,7%

O número de pessoas que buscam emprego há dois anos ou mais caiu 21,7% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025. Esse contingente representa 1,089 milhão de pessoas, o menor já registrado desde 2012, quando começou a série histórica da principal pesquisa sobre mercado de trabalho no país.

Em 2025, o país tinha quase 1,4 milhões de pessoas que estavam há pelo menos 24 meses tentando uma ocupação. Já o maior nível foi em 2021, ano de pandemia de covid-19, com 3,5 milhões.

Os recordes fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada nesta quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O patamar mínimo de pessoas à procura de trabalho também se reflete em outras duas faixas temporais.

- de mais de um mês a menos de um ano: 3,380 milhões de pessoas em busca de vaga, recuo de 9,9% em relação ao primeiro trimestre de 2025. Nessa faixa, o maior volume foi 7 milhões, em 2021.

- de mais de um ano a menos de dois anos: 718 mil pessoas procuravam emprego, redução de 9% se comparado a 2025. O maior patamar pertence também a 2021, quando eram 2,6 milhões de pessoas nessa situação.

A única faixa temporal que não apresenta recorde mínimo é a de menos de um mês procurando vaga. De janeiro a março o país tinha quase 1,4 milhão de pessoas nessa situação. Esse patamar fica 14,7% abaixo do registrado no ano passado, mas acima do nível de 2014 (1,016 milhão).

A pesquisa do IBGE detalhou o contingente dos 6,6 milhões de desocupados do país nas faixas de tempo de procura:

- Menos de um mês: 21,2% dos desocupados
- Um mês a menos de um ano: 51,4%
- Um ano a menos de dois anos: 10,9%
- Dois anos ou mais: 16,5%

Fonte: Agência Brasil

Incertezas pressionam aumento na cesta básica

Instabilidade internacional, guerra entre EUA e Irã, oscilações no preço dos derivados do petróleo (até devido à privatização da BR Distribuidora), eventos climáticos, tudo somado e mais alguma coisa, eleva os preços dos itens da cesta básica. O resultado são dois meses consecutivos de aumento, março e abril.

A pesquisa, tradicionalmente realizada pelo Dieese desde 2024, é feita em conjunto com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, como contribuição à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e à Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

A pesquisa foi ampliada para todas as 27 Capitais – eram 17 até agosto de 2025.

Fonte: Agência Sindical



Consulta do saldo do FGTS disponível para o Novo Desenrola começa em 25/05

O Ministério do Trabalho anunciou nesta quinta-feira, 14, que os trabalhadores poderão consultar o saldo disponível do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ser utilizado no Novo Desenrola a partir de 25 de maio. A medida permitirá o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia ou até R\$ 1 mil – o que for maior – para amortização ou quitação de dívidas em atraso.

Após a consulta do saldo, as instituições financeiras terão um prazo estimado de até 30 dias para formalizar os contratos com os trabalhadores e registrar as informações nos sistemas da Caixa Econômica Federal. Após a validação do contrato, a Caixa fará a transferência direta do valor do FGTS à instituição financeira.

A estimativa é de que até R\$ 8,2 bilhões do FGTS possam ser utilizados para renegociação de dívidas por meio do programa.

Segundo a Pasta, a Caixa Federal está finalizando a integração dos sistemas e iniciando os testes operacionais.

Na terça-feira, 13, foi disponibilizado às instituições financeiras o swagger, documento que reúne as regras e especificações técnicas da API que será utilizada no processo.

Saque adicional - No dia 26 de maio, mais de 10,5 milhões de trabalhadores receberão em suas contas os valores complementares. O governo editou uma medida provisória que autorizou o saque do FGTS para trabalhadores optantes pelo saque-aniversário que foram demitidos sem justa causa entre 2020 e 2025.

Para esse público, será liberado um desbloqueio adicional estimado em R\$ 8,4 bilhões, com depósito automático nas contas cadastradas no

aplicativo do FGTS. Permanecerão bloqueados apenas os valores vinculados a operações de antecipação do saque-aniversário contratadas junto às instituições financeiras, conforme as condições previstas em cada contrato.

O Ministério alerta que, antes do dia 25 de maio, os valores que serão creditados aos trabalhadores deixarão de aparecer no saldo disponível das contas do FGTS, em razão do processamento da operação.

TST abre prazo para manifestações sobre o momento de juntada de documentos a ações trabalhistas

O ministro Fabrício Gonçalves, do TST, publicou edital para convocar pessoas, órgãos e entidades interessadas a se manifestar sobre a possibilidade de juntada de documentos numa ação trabalhista depois da apresentação da defesa.

O edital fixa prazo de 15 dias úteis para que interessados enviem manifestações. Nesse período, também poderão ser requeridos pedidos de ingresso no processo na qualidade de amici curiae.

A decisão do TST terá efeito vinculante sobre casos semelhantes, uma vez que o julgamento ocorre sob a sistemática dos recursos repetitivos.

A questão jurídica em discussão é a seguinte: “É possível a juntada de documentos em momento posterior ao da apresentação da defesa, desde que até o encerramento da instrução probatória?”

Em setembro do ano passado, o Pleno acolheu proposta de submissão do tema à sistemática dos recursos repetitivos. O TST tem jurisprudência pacífica sobre a possibilidade de estender o prazo para a juntada de documentos pelas partes até o encerramento da instrução processual, ainda que não se trate de documentos novos. Contudo, a decisão de firmar tese vinculante sobre o tema leva em conta a grande quantidade de recursos por divergências provenientes dos Tribunais Regionais do Trabalho, somada à patente relevância da matéria.



Marcos Tavares assume presidência da Comissão de Trabalho da Câmara

O deputado federal Marcos Tavares foi eleito, na quarta-feira (13), novo presidente da Comissão de Trabalho (CTRAB) da Câmara dos Deputados. A mudança no comando do colegiado ocorre em razão da janelada partidária, após o então presidente da comissão, Max Lemos, deixar o PDT e ingressar no União Brasil.

Como a presidência das comissões permanentes pertence às bancadas partidárias, o PDT indicou Marcos Tavares para assumir o comando da CTRAB até o fim do período legislativo.

Natural de Duque de Caxias (RJ), Marcos Tavares é advogado, deputado federal em primeiro mandato e já exerceu o cargo de vereador no município fluminense. Na Câmara, integra comissões ligadas à fiscalização, comunicação, direitos da pessoa idosa e trabalho.

O parlamentar também é autor de projetos voltados à inclusão social, direitos das pessoas com deficiência, empregabilidade e políticas

públicas. Entre as propostas apresentadas, estão o PL 1176/2025, que cria o Cadastro Nacional de Profissionais com Deficiência (CNPD), e o PL 5500/2025, que prevê redução da jornada de trabalho para pais e responsáveis por pessoas com deficiência, sem redução salarial.

Outra iniciativa do deputado é o PL 1963/2025, que propõe a inclusão obrigatória do tema Inteligência Artificial nos currículos do ensino fundamental II e do ensino médio em todo o país.

Marcos Tavares assume uma das principais comissões permanentes da Câmara dos Deputados, responsável pela análise de matérias relacionadas ao mundo do trabalho, organização sindical, relações trabalhistas e serviço público.

Fonte: Diap

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO